

Memória de Reunião: CEDRUS/MA	Número de participantes: 17 pessoas		
Objetivo: 5ª Reunião Ordinária do ano 2018	Data: 19/10/2018	Início: 09:00 às 12:30	Término: 12:30 h
<p>Pauta:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Planejamento do CEDRUS; 2. A Nova Legislação da DAP – Declaração de Aptidão ao PRONAF; 3. Parecer Câmara Setorial de ATER. 			
<p style="text-align: center;"><u>Presentes/Entidades:</u></p> <p>Presidente do CEDRUS: Luciene Dias Figueiredo (Presidente CEDRUS), Ladyanne Pinheiro Asevedo (Secretaria Executiva CEDRUS), Simoni Sousa (Coordenadora da Câmara Setorial de ATER) Denise Macedo (Assessora CEDRUS).</p> <p>Conselheiros: Maria da Graça Amorim (FETRAF), Raimundo Herminio Neto (ASSEMA), Francisca Maria Pereira (MIQCB), Carolina Sena (Tijupá), Valdirene Ribeiro (COOSERT), Miguel Henrique (FETAEMA), Rosania Lima Barreto (ITERMA), Itaan Santos (UEMA), José Alberto R. Melo (CONAB), Josenildo Cardoso Araújo (AGERP), Fábio Henrique F. de Oliveira (SEMA), Wilnete Carvalho (SEDES).</p> <p>Convidados: Aline da Silva Lima Rodrigues e Vicente Mesquita (Delegacia DFDA-MA), Mafra Costa Lima Rodrigues (AGERP), Francisco Sales (Secretario Adjunto da SAF), Julio César Mendonça (Secretario de Estado da SAF)</p> <p>A Presidente do CEDRUS Luciene Dias Figueiredo, iniciou a reunião às 09:00 horas fez a leitura da frequência das entidades presentes confirmando o quórum, agradeceu a presença de todos os conselheiros e agradeceu também, a presença da Delegada DFDA-MA Aline da Silva Lima e do Secretario Ajunto da SAF Francisco Sales que fez sua colocação sobre o momento político: Não se pode falar em desenvolvimento rural do Maranhão sem que haja uma política para o desenvolvimento da agricultura familiar no Maranhão. “Nós estamos apostando e acreditando no governo de Flávio Dino, para dar continuidade as ações da Secretaria de Estado da Agricultura Familiar - SAF junto com os movimentos sociais. Mas, devemos nos preparar para o próximo Presidente que vier assumir e esperar que represente os anseios do povo. Vivemos na atual democracia que instituí todas as entidades e pensar ao contrario, traz a mente a ditadura que desconstitui ausência de direitos.</p> <p>A Conselheira Graça Amorim (FETRAF/MA) – Fala da representatividade e o perfil dos candidatos a Presidência no cenário político nacional e que vem observando suas propostas. Considerar a linha do desenvolvimento humano, é muito importante. Nesse momento, é necessário fazer uma escolha para atender as minorias. O candidato Jair Bolsonaro, representa um retroceso planetario para o país, tanto nos direitos sociais como trabalhistas. Precisamos ficar atentos, pois nessa eleições é um desafio.</p> <p>A Presidente Luciene Figueiredo (SAF) convidou o Conselheiro Miguel Henrique (FETAEMA) para tratar do item da pauta conforme segue:</p> <p>1. Planejamento do CEDRUS: Apresentou 4 metas com ações estruturantes para implementação conselhos municipais de desenvolvimento rural sustentável e solidário; Realização de Seminários Regionais para Formação de Agentes de ATER e Gestão de Políticas Públicas; Garanti Orçamento para realização das reuniões ordinárias e extraordinárias do CEDRUS; Monitoramento das entidades e empresas prestadoras de serviços de ATER; Divulgação das atividades do Conselho nas Agritec's.</p>			

O Conselheiro Itaan de Jesus (UEMA) – O CEDRUS poderia ter avançado na construção do Plano Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável e no Plano Estadual de Agroecologia, ter dinamizado...

O Conselheiro Josenildo Cardoso (AGERP) – Colocou a questão ambiental e as mudanças climáticas, seus impactos na região nordeste que vai sofrer com a falta de chuva e por tanto é necessário discutir políticas públicas, principalmente no CEDRUS que é protagonista para construir e planejar ações que venham promover condições de realizar um plano estratégico.

A Secretaria Executiva do CEDRUS Ladyanne Asevedo – A Restruturação dos conselhos municipais foi realizado em alguns municípios, foi disponibilizado diárias aos conselheiros do CEDRUS para se envolver nessas atividades. No município de Alcântara a conselheira Graça Amorim e a assessora do CEDRUS Denise Macedo, tiveram participando uma reunião para reorganização do conselho municipal. Foi trabalhando um orçamento em 2018 para realizamos outras atividades, porém não foi possível realizar, mas que podemos inserir no orçamento da LOA para ano de 2019.

A Presidente Luciene Figueiredo – Lembra aos conselheiros que realizamos um Seminário estratégico de ATER, com ANATER participando. Outrora não conseguimos realizar outros eventos como o seminário de agroecologia. Mas, tivemos outros avanços através das reuniões do CEDRUS, discutindo as leis que passarão pelo conselho e foram aprovadas na Assembleia Legislativa do MA.

O CONDRAF, após todas as mudanças da conjuntura política, a extinção do Ministério Desenvolvimento Agrário (MDA) foi enfraquecido várias ações, os conselhos municipais de desenvolvimento rural sustentável (CMDRS), a questão territorial, as conferencias. No entanto, os fóruns populares vão ter um papel importante de articular quem são estes conselhos de uma forma mais acentuada.

A alternância da Presidência do CEDRUS – Conforme a Lei Estadual de Criação do CEDRUS, podemos verificar alternância da Presidência e Vice-presidência conforme **Lei nº 10.491, de 18 de julho de 2016, o Artigo 5º §1º** e pensar no próximo ano a nova eleição para escolha do novo Presidente e Vice-Presidente, assumido respectivamente a sociedade civil.

A Composição do CEDRUS – Para acontecer é necessário fazer alteração na lei estadual do CEDRUS, considerando as entidades com interesse na participação e com perfil voltados para agricultura familiar, poderão ser chamadas por meio de escolha e votação em reuniões do conselho.

O Conselheiro Miguel Henrique (FETAEMA) – A capilaridade de fomentar ações sustentáveis articuladas dentro uma lógica é fundamental nos conselhos municipais. Pois, não basta só criar os conselhos de forma partidária, mas, gerir capacitações de forma operacional.

É necessário ter uma conferência estadual para discutir sobre as políticas públicas de ATER. Envolver e à AGERP na reforma agrária para contribuir nesse contexto.

A conselheira Maria Graça Amorim (FETRAF) – O CEDRUS é um espaço de planejamento e precisamos avançar em 2019, precisamos dar bons exemplos, fazer o dever e bem organizado. A questão territorial precisa ser regatada e incentivar as políticas públicas através dos conselhos municipais.

O conselheiro Raimundo Ermínio Neto (ASSEMA) – O desmatamento vem causando assoreamentos nos igarapés, causando a retirada de fonte de água e cobertura vegetal pela ação humana. Não existe fiscalização intensificada no processo de assoreamento de água, políticas e tecnologia agrária. Muitos agricultores não tem a oportunidade de acesso ao mercado, e gerar renda e diversificar a produção e a comercialização. Entendo que temos a obrigação de fortalecer produção agroecológica.

A conselheira Wilnete Carvalho (SEDES) – O momento é esse para elaboração do PPA, contemplar agricultura familiar e educação do campo.

O conselheiro Josenildo Cardoso (AGERP) – A Secretaria de Estado da Agricultura Familiar (SAF) é fundamental ter orçamento participativo. Temos propostas construídas em seminários e eventos referente a assistência técnica, ter algo estrutural, pois o que temos é limitado. Ser realizados os concursos públicos, formação dos técnicos de assistência técnica, resgatar o Fórum de Ater e incentivar as empresas de ATER pelo CEDRUS.

A Presidente do CEDRUS Luciene Figueiredo, propõe colocar todas essas propostas de forma dinamizada no planejamento do CEDRUS e encaminhar ao Secretário de Estado da Agricultura Familiar (SAF) e na oportunidade convida para se fazer presente na reunião do conselho.

O Secretario SAF Júlio César Mendonça – Destaca a importância de todas as ações realizadas pelo CEDRUS, que o conselho é forte, é um local de discussões de todas políticas públicas. Que teremos um novo cenário político, com orçamento reduzido, nova estruturação e consolidação. Que olhemos para futuro com responsabilidade, de fato possamos mudar a vida das pessoas, pensar que possamos impactar e fortalecer os conselhos municipais e juntos construímos uma agricultura familiar consolidada.

Foi exibido um vídeo em homenagem a conselheira do CEDRUS Maria de Jesus Brigelo, mais conhecida como “Dona Dijê”, forte liderança e resistência das comunidades tradicionais. No dia 11 de setembro deste ano, tomou posse como conselheira do Conselho Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT), um espaço de debate tão sonhado.

Dona Dijê faleceu poucos dias depois, em 14 de setembro, no Quilombo Monte Alegre (MA), aos

70 anos, vítima de infarto.

O Secretário Adjunto de Comercialização e Organização Produtiva da SAF Francisco Sales, esteve presente na reunião do CEDRUS e lembrou, do povoado Monte Alegre, no município de São Luiz Gonzaga, que houve uma ação contra a empresa de manutenção de poços, a Justiça determinou a saída das famílias de suas casas e despejaram, queimarão suas casas e foi incendiado 3.000 (três mil) hectares. Nesse período começaram a luta Dona Dijé, era líder quilombola e grande defensora dos povos e comunidades tradicionais junto com as mulheres quebradeiras de coco se organizaram pelo Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu – MICB legalizar o direito da posse dessa terra.

A Presidente do CEDRUS Luciene Figueiredo, fala da situação de conflitos no quilombo Monte Alegre vivencia atualmente um de seus maiores pesadelos e, o destino das famílias de Monte Alegre está nas mãos da Justiça Federal que aguarda a finalização do relatório antropológico para decidir sobre a comunidade quilombola. O caso é acompanhado pela 6ª Câmara do Ministério Público Federal, que esteve presente no Seminário de Povos e Comunidades Tradicionais. Em recente audiência de conciliação realizada em Bacabal, a decisão incentivou ainda mais a tensão na comunidade. Os Movimentos Sociais são de extrema importância, porque cobram mudanças, reivindicam transformações.

2. A Nova Legislação da DAP – Declaração de Aptidão ao PRONAF

O conselheiro Josenildo Cardoso (AGERP) – Inicialmente apresenta a nova legislação DAP - Declaração de Aptidão ao Pronaf, por meio da **PORTARIA Nº 523, DE 24 DE AGOSTO DE 2018,** que estabelece as condições e procedimentos gerais para a emissão e as principais alterações que regulamenta as condições para o agricultor familiar ter acesso à DAP, realizada por uma rede de entidades e órgãos autorizados pelo MDA. A validade das DAP's emitidas anteriormente é de 6 meses independente da data de validade na publicação da portaria. **No quadro apresentado mostra Principais Alterações na Portaria SEAD que regulamenta a DAP**

Alteração	Portaria SEAD nº 234/2017	Portaria SEAD nº 523 / 2018
Adequação ao Decreto 9.064/2017- UNIDADE FAMILIAR	Unidade Familiar de Produção Rural (UFPR) .	Unidade Familiar de Produção Agrária (UFPA).
Definição de ATIVIDADE AGRÁRIA	-	Atividade desenvolvida em perímetro urbano ou rural. (Art. 2º Inciso VII)
Validade DAP Pessoa Física	2 anos	1 ano
Validade DAP Pessoa Jurídica	2 anos	1 ano
Validade DAP Emitidas anteriormente	-	Válidas por 6 meses, independente da data de validade na publicação da Portaria.
Emissão da DAP	Município de Residência da Unidade Familiar de Produção Rural (UFPR).	Município do Estabelecimento da Unidade Familiar de Produção Agrária.
Enquadramento grupo B	Unidades Familiares de Produção Rural cuja renda bruta familiar anual seja de até R\$20.000,00 (vinte mil	Unidades Familiares de Produção Agrária com renda bruta familiar anual seja de até R\$23.000,00, ou conforme estabelecido para este grupo, pelo

	reais);	enquadramento do Conselho Monetário Nacional (CMN)
Enquadramento grupo Variável (V)	Unidades Familiares de Produção Rural cuja renda bruta familiar anual não ultrapasse R\$360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais).	Unidades Familiares de Produção Agrária com renda bruta familiar anual seja de até R\$415.000,00, ou conforme estabelecido para este grupo, pelo enquadramento do Conselho Monetário Nacional (CMN)
Rede Emissora de DAP	Entidades públicas e privadas previamente autorizadas.	Ampliação da Rede Emissora de DAP: SEAD por meio da CGMA/SAF; SEAD por meio de suas Delegacia Federal da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário (DFDA) ; SEAD por meio da Subsecretaria de Desenvolvimento Rural (SDR/SEAD) ; Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (SEAP) .

A grande questão é, temos que avançar por meio de acordo de cooperação técnica nos municípios. Precisamos aumentar o número de técnicos, criar condições de operacionalização e buscar parceria com INCRA.

A AGERP já realizou duas reuniões com a Superintendência do INCRA, no entanto aguardamos que se posicionasse para realizamos um trabalho conjunto. A nossa proposta é articular entidades parceiras, criar as redes de ATER, dinamizar e fortalecer para atender as demandas por meio de um termo de cooperação técnica.

3. Parecer da Câmara Setorial de ATER

A empresa analisada **BC VIANA CONSULTORIA & PROJETOS** foi analisada pela Câmara Setorial de ATER e emite parecer favorável para o credenciamento realizado no dia 10 de outubro de 2018. Consequentemente submete-se para à apreciação do Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário – CEDRUS.

A AGÊNCIA ESTADUAL DE PESQUISA AGROPECUARIA E EXTENSAO RURAL DO MARANHAO – AGERP, realiza acordo de cooperação técnica com MDS e solicitou junto ao CEDRUS no dia 18 de setembro do ano em curso, seu recadastramento e renovação do credenciamento de ATER no sistema SIATER .Solicitamos via os grupos de watsapp da Câmara Setorial de ATER e depois do Conselho Estadual Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário - CEDRUS análise e parecer técnico, não havendo manifestações contraria foi emitido parecer deferindo a entidade no dia 04 de outubro de 2018. O CEDRUS deliberou o credenciamento das empresas supracidas, conforme recomendação e Parecer Técnico da Câmara Setorial de ATER, baseado na Lei nº 12.188 de 11 janeiro de 2010 e regulamentada pelo Decreto nº 7.215 de 15 de junho de 2010 e pelas Portarias nº 35/2010 e nº 116/2012.

A Presidente agradeceu a presença de todos e deu-se por encerrada a reunião. Não houveram encaminhamentos.

Agenda para a Próxima Reunião: Não houve manifestação.